



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA



GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADE NA REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO

O CASO DE PORTUGAL E DO BRASIL (1980 - 2009)

Mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus

Disciplina: Tópicos de Comércio e Investimento Internacional

Docente: Horácio Faustino

Trabalho Realizado por:

Bruno Mesquita, 41216

Joana Ferreira, 41657

Joana Pagaimo, 41869

Maria Inês Correia, 41667

Maria João Bourbon, 41378

ÍNDICE

Resumo

1. Introdução.....	2
2. <i>Survey</i> Teórico.....	3
2.1. Globalização.....	3
2.1.1. As três dimensões da globalização, segundo o índice de KOF	
2.2. Desigualdade de Rendimento.....	5
2.3. Globalização e desigualdade de rendimento.....	6
2.3.1. O caso português	
2.3.2. O caso brasileiro	
3. Modelo de Análise, objeto de estudo e objetivos.....	9
4.1. Conceptualização e operacionalização dos conceitos.....	10
5. Hipóteses.....	12
6. Questões metodológicas.....	17
6.1. Investigação quantitativa: explicação da escolha do método.....	17
7. Análise de Resultados.....	18
7.1. Análise descritiva.....	18
7.2 Análise explicativa: correlações de Pearson.....	19
7.2 Análise explicativa: regressão linear simples.....	21
8. Conclusão.....	30
9. Bibliografia e Webgrafia.....	31

RESUMO

O presente trabalho procura analisar os efeitos da globalização na desigualdade de rendimento, para os casos específicos de Portugal e do Brasil. Para isso, abordaremos a globalização como um conceito múltiplo nas suas três dimensões - económica, social e política -, dando igual relevo às duas últimas, por vezes negligenciadas nas investigações económicas. Temos, assim, como ponto de partida a abordagem de Kaasa (2005) e Dreher (2006), e satisfazendo a necessidade de Kuznets, expressa em 1995, de que as futuras investigações sobre este tema incidissem mais nas disciplinas sociais, mudanças tecnológicas, papel das instituições políticas, etc. O período a analisar (1980 - 2009) integrará os anos iniciais da recente crise económica e financeira, uma vez que se considera que a distribuição do rendimento é também afetada, "às vezes de forma rigorosa, por choques macroeconómicos como a recente crise financeira" (Relatório OCDE 2012, "Economic Policy Reforms: Going for Growth 2012").

Palavras-chave: Portugal; Brasil; desigualdade de rendimento; globalização; económica; social; política; índice de GINI.

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, pobreza e desigualdades de rendimento têm sido dois temas presentes nas agendas mediática e política, identificando-se, muitas vezes, a globalização como a principal responsável por este fenómeno. Desta forma, tem-se procurado um conjunto de soluções que permitam minimizar os seus impactos nas sociedades mais ou menos desenvolvidas, ou emergentes.

Os vários estudos realizados ao longo das últimas décadas levantam questões relativamente complexas, acerca do impacto diferente da globalização na repartição do rendimento. Foi neste sentido que alguns autores analisaram os seus efeitos em função dos estádios de desenvolvimento dos países, com Kuznets (1995) a lançar a hipótese do "U-invertido" (na qual numa primeira fase da globalização as desigualdades tendem a aumentar para, mais tarde, diminuírem). O que nos leva a crer que países em diferentes momentos de globalização apresentam níveis de desigualdade distintos. Mas será que esta hipótese se verifica em todos os países por igual?

É neste sentido que nos propomos estudar o impacto das desigualdades de rendimento em dois países que representam dois grupos diferentes, no que diz respeito à globalização e desenvolvimento: Portugal (como representante dos PIGS, afetados pela crise económica e financeira) e o Brasil (como representante dos BRIC, as novas economias em ascensão). Uma vez que não existem os dados necessários sobre todos os BRIC e PIGS, elaboraremos um primeiro

contributo para a investigação neste campo, partindo de dois estudos de caso. De que forma a globalização influencia a desigualdade de rendimento em Portugal e no Brasil? De que forma essa desigualdade é diferente em cada um dos países de língua portuguesa? São as duas questões às quais nos propomos responder.

A estrutura do trabalho integrará uma revisão da literatura, nas quais se explicam os conceitos de globalização e desigualdade de rendimento (e a sua relação). O capítulo seguinte inclui a escolha das variáveis que medem desigualdade e globalização. Seguidamente apresenta-se o modelo de análise a desenvolver, bem como as hipóteses a testar. No final, irá proceder-se a uma análise dos resultados, deixando ainda espaço para as conclusões e considerações finais.

SURVEY TEÓRICO

2.1 Globalização

O fenómeno da globalização foi o resultado de uma transferência de recursos e pessoas da agricultura para a indústria, originando a expansão monetária progressiva das pessoas que passam a localizar nas zonas urbanas e industriais. Ao longo dos tempos, tem vindo a ser entendido de acordo com duas perspetivas distintas. Por um lado, foi um progresso, no sentido em que trouxe um conjunto de benefícios com impactos no nível de vida dos países e à escala mundial: uma maior abertura ao comércio, novas comodidades e acessibilidades, uma grande expansão das comunicações e novas tecnologias, alterações profundas no mercado laboral, maior desenvolvimento humano, entre outras. Esta é a posição defendida por alguns autores, como Bhagwati (2003). Por outro lado, Ocampo & Marin (2003), entre outros, defendem que a globalização traz consigo o aumento de trabalhadores qualificados, exponenciando assim o *gap* entre qualificados e não qualificados, bem como as discrepâncias entre as nações mais e menos desenvolvidas. Neste contexto, a globalização contribui para impulsionar a desigualdade de rendimento global.

Apesar dos efeitos da globalização não serem unânimes, existem dois indicadores que são destacados na maioria dos estudos que se centram neste fenómeno: a abertura ao comércio (que reflete um aumento dos fluxos comerciais à medida que as barreiras comerciais diminuem, i.e., que a globalização aumenta) e o investimento direto estrangeiro (IDE), que implica uma transferência de *know-how* tecnológico por parte das empresas, maior produtividade, lucro e exportações.

2.1.1. As três dimensões da globalização, segundo o índice de KOF

O conceito inicial de globalização, centrado quase exclusivamente na esfera económica, começou a ser criticado a partir dos anos 80. Giddens (2001) foi um dos pioneiros na defesa de um conceito mais abrangente, face às limitações do anterior.

Dreher (2006) chegou inclusive a desenvolver um índice que mede o grau de globalização, integrando três sub-índices que contemplam as dimensões económica, política e social da globalização de um país - o índice de KOF. A sua proposta de criação de um novo índice surge, assim, face às limitações de vários estudos centrados na globalização, que consideram apenas uma análise *cross-section*. Até à data, a maioria dos estudos que mediam a globalização centravam-se apenas em variáveis como o comércio e os fluxos de capital, ou o grau de abertura desses fluxos. Tal análise pode levar a resultados que reflitam "características inobserváveis", invariáveis ao longo do tempo, ao invés de apresentar consequências da globalização.

De forma a analisar com maior detalhe as consequências deste fenómeno, Dreher propõe, no seu índice, a inclusão de um conjunto de aspetos que considera mais importantes na globalização: integração económica, integração social e integração política.

Na dimensão económica são considerados (i) um primeiro índice que agrupa comércio, IDE e portefólio de investimentos, (ii) um segundo onde são incluídas as medidas de restrição no comércio e capital e ainda (iii) um terceiro de controlo de capitais. A dimensão social é considerada a partir de um conjunto de dados que refletem (i) contactos pessoais (turismo internacional, utilizadores da internet, número de rádios, etc.), (ii) dados nos fluxos de informação e (iii) dados de proximidade cultural (incluindo o número de produtos da cultura americana – número de McDonald's, músicas americanas, etc.). Já a dimensão política é centrada no (i) número de embaixadas, (ii) número de organizações das quais o país é membro e (iii) número de missões de paz da ONU na qual o país participou.

Já um ano antes, Kaasa (2005) tinha proposto uma abordagem por blocos, ainda que distintos dos anteriores. Estes incluíam indicadores de desenvolvimento económico (como o desenvolvimento tecnológico, crescimento económico, etc.), fatores demográficos (urbanização, nível de educação e de desigualdade, etc.), políticos (% de despesa do governo e democratização), culturais e ambientais (abundância de recursos naturais, economia sombra, corrupção, etc.) e, por fim, macroeconómicos (exportações, importações, IDE, desemprego, inflação, etc.).

2.2. Desigualdade de rendimento

Ao longo dos anos, e a par de fenómenos como a globalização e integração internacional, têm-se verificado mudanças profundas ao nível da desigualdade e da pobreza. Na realidade, a desigualdade (determinada usualmente pelo coeficiente de GINI) tem vindo a ser um tema recorrente nas investigações, procurando-se enquadrar e minimizar o atual problema.

O Relatório da OCDE de 2008, "Growing Unequal?: Income Distribution and Poverty in OECD countries", identifica um conjunto de fatores responsáveis pelas alterações ao nível das igualdades / desigualdades e pobreza. Nestes, estão presentes não só a globalização e a expansão económica e tecnológica, como também a alteração do quadro de políticas no mercado laboral, no emprego, educação e, ainda, mudanças significativas ao nível da estrutura das populações (envelhecimento e aumento do número de adultos-solteiros). Kuznets (1995) acrescenta ainda a urbanização e industrialização que, ao permitirem salários mais elevados, aumentam as desigualdades de rendimentos. Ao nível da poupança, acrescenta, essas discrepâncias são ainda maiores que no respeitante ao rendimento.

Esta realidade leva a considerar, para se entender a pobreza e desigualdades, não apenas o rendimento, mas também outras variáveis - essencialmente, como destaca o Relatório, a igualdade de oportunidades. De facto, mais do que a igualdade ou desigualdade de resultados, o importante é que as oportunidades oferecidas sejam equitativas. Seja através de serviços públicos, como a Educação e a Saúde ou de acesso a um conjunto de bens e serviços ditos essenciais (no quais se destacam a alimentação, televisão, eletrodomésticos, etc.). Alerta-se ainda para o facto de nem sempre rendimentos diminutos corresponderem a uma situação de pobreza: nem sempre a privação e rendimentos baixos é uma situação de longo prazo, nem tampouco de pobreza (pessoas com rendimentos baixos podem deter ativos elevados).

É nesta linha que se situa também o estudo de Kuznets (1995), ao identificar que o rendimento não pode ser analisado *per se*. Os diferentes grupos de rendimentos devem considerar um conjunto de fatores de longo prazo, tais como: despesas do agregado familiar ajustadas ao número de pessoas que o compõem, atividades dos indivíduos (estudantes, reformados, etc.) e rendimentos antes e depois de impostos. Hoffman (2000) alerta ainda para a necessidade de se usar o rendimento familiar *per capita* (e não os rendimentos das pessoas economicamente ativas), quando o objetivo é estudar o nível de vida e bem estar das populações.

Mas as amplitudes das diferenças entre níveis de vida no seio de um país não refletem necessariamente a sua prosperidade. Ou seja, os pobres de um país com um elevado rendimento médio e vasta distribuição do mesmo não vivem necessariamente melhor que os pobres de um país

com um baixo rendimento médio e de estreita distribuição. Veja-se o exemplo da Suécia e dos EUA, presente no Relatório acima referido: o rendimento médio na Suécia é inferior ao dos EUA; ainda assim, os pobres suecos usufruem de uma qualidade de vida superior aos pobres norte-americanos.

2.3. Globalização e Desigualdade de rendimento

A formulação inicial da abertura comercial e das suas vantagens (Ricardo, 1817) não contemplava as desigualdades: a teoria das vantagens comparativas, para além de apenas integrar a dimensão económica, pressupunha que a liberalização do comércio traria vantagens para todos. No entanto, e à medida que se foram considerando as restantes dimensões afetadas pela abertura comercial, novos contornos foram surgindo a esta questão.

Rodrik (1997) defende que, com a integração económica internacional, os Estados ficam mais expostos a riscos e pressões externas, o que pode diminuir a sua capacidade de garantia e promoção da segurança social. No entanto, aponta para o paradoxo entre esta questão e a redução da intervenção do Estado que surge com a globalização. O mesmo autor enfatiza ainda as mudanças estruturais implicadas no processo de desenvolvimento - de fluxos de trabalho de baixa produtividade para fluxos de alta produtividade. Dependendo dos países, as alterações podem levar, ou não, a mais produtividade (McMillan & Rodrik, 2011). A UNIDO (2012), no entanto, considera que uma mudança para fluxos de trabalho de alta produtividade contribui inequivocamente para o aumento do nível de rendimento de um país.

Há ainda autores que consideram que a globalização pode ter diferentes impactos nas desigualdades no seio de um país, em função da dimensão da globalização envolvida e do tipo país em questão (O'Rourke, 2001; Faustino & Vali, 2011), ou ainda da medida de globalização utilizada (Garret, 2001).

Nos estudos que se centram no estudo das relações entre os dois fenómenos - globalização e desigualdade de rendimentos, os resultados nem sempre são consonantes. Autores como Kuznets (1995), Baddeley (2006) e Azevedo *et. al* (2012) detetaram uma relação positiva entre os dois fenómenos: para eles, quanto mais globalizado é um país - ou seja, quanto mais integrado nos mercados internacionais, com maior abertura ao comércio e maiores fluxos de IDE - maiores as desigualdades ao nível dos seus habitantes. Já Das (2005) e Silva (2007) concluíram o oposto: uma relação negativa entre integração internacional e desigualdade.

Os primeiros estudos confirmaram, assim, a validade do teorema de Stolper-Samuelson (baseado no modelo de Hecksher-Ohlin): uma relação inversa entre globalização / comércio livre e a

repartição do rendimento. Mas Kuznets (1995) vai ainda mais longe, ao lançar a hipótese do "U invertido", a partir da qual se determina que a desigualdade é crescente na primeira fase de crescimento até ao momento em que passa a decrescer com o avanço do desenvolvimento.

Já em relação aos fluxos de investimento direto estrangeiro, outra variável para medir a globalização, os resultados são de alguma forma dúbios, embora a maioria dos estudos aponte também para uma relação negativa.

2.3.1. O caso português

Os estudos centrados nas desigualdades de rendimento em Portugal são escassos. Ainda assim, podem ser consideradas algumas investigações que se centram nas desigualdades em Portugal.

Gouveia e Tavares (1995) focaram-se no período entre 1980 e 1990, detetando que as desigualdades de rendimento familiar verificaram um decréscimo nesses anos. Mais tarde, em 2002, Gouveia e Rodrigues estudaram o impacto do salário mínimo na distribuição do rendimento em Portugal e Cardoso (1998) estuda a desigualdade salarial, verificando um fosso cada vez maior ao longo os anos 80 e início dos anos 90. Carneiro (2008) atribui estas disparidades essencialmente a desigualdades educacionais, bem como Vieira *et al.* (2005).¹

Os estudos não são, no entanto, muito recentes, focando-se essencialmente no final do século XX. Budría (2010), no entanto, utilizando dados relativos ao período entre 1994 e 2001, identifica, entre outras coisas, que em Portugal existem enormes diferenças ao nível da Educação, o que representa que os trabalhadores com educação superior reportem rendimentos e salários anuais duas ou três vezes maiores que os indivíduos que têm apenas a educação básica ou secundária. A educação parecer ser, no panorama português, um dos fatores mais importantes ao nível das desigualdades entre os agregados familiares.

No entanto, para uma análise mais centrada no início do século XXI, período a que nos propomos estudar, é necessário levar em conta os relatórios da OCDE ou os micro-dados do Painel Europeu dos Agregados Familiares (PEADP/ECHP) e do Inquérito às condições de vida e rendimento (ICOR/EU-SILC) realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). De acordo com estes resultados, Portugal permanece ainda como um dos países com maior desigualdade ao nível da União Europeia.

No entanto, no que diz respeito à desigualdade do agregado familiar, tem-se verificado um ligeiro decréscimo ao longo dos últimos anos (de 1993 a 2009), presente na redução do coeficiente de GINI em 5 p.p. Na verdade, nesse período registou-se uma melhoria nas condições de vida das

¹ In Santiago Budría, "The Socioeconomic Determinants of Economic Inequality".

famílias e indivíduos nos dois primeiros decis do rendimento, bem como um aumento (para o dobro) da proporção do rendimento total dos 5% da população mais pobres.

Neste contexto, as transformações ocorridas traduziram-se numa melhoria das condições de vida da população. Apesar disso, da ligeira redução da desigualdade familiar e da diminuição da pobreza, Portugal continua a ser um dos países da União Europeia com maiores desigualdades, apenas minimizada com a execução da política do sistema fiscal e de benefícios sociais do Estado.

Resta analisar os impactos da atual crise económica e financeira, que afeta os PIGS (no qual Portugal se insere) de forma particular, nas desigualdades de rendimentos. De acordo com o relatório de 2012 da OCDE "Economic Policy Reforms: Going for Growth 2012", as crises e choques macroeconómicos provam, muitas vezes, enormes perdas no emprego e rendimento, que são tendencialmente mal distribuídas pela população, tendo um impacto maior nos mais pobres e vulneráveis. Isto apenas é evitável com um conjunto de políticas ao nível do comércio, investimento, sistema fiscal, subsídios e benefícios sociais, mercado laboral, entre outras.

2.3.2. O caso brasileiro

Com um dos coeficientes de GINI mais elevados do mundo (55% de 2000 a 2010), o Brasil encontra-se incluído no conjunto de países emergentes que se espera que sejam as economias mais poderosas do mundo em 2050. Sendo o quinto país mais populoso do mundo, o seu estudo torna-se primordial, na medida em que as desigualdades no seu interior terão algum impacto nas desigualdades mundiais.

De facto, desde 1990, o Brasil passou por um processo de profundas transformações que rompem com o quadro de políticas públicas e económicas vigentes até então, registando assim um crescimento exponencial, com o aumento da sua abertura ao comércio internacional e fluxos de IDE, tornando-se parte ativa no processo de globalização (Arbache, 2002). Se nos anos 80 existia um nível elevado de proteção sobre as importações e pouca exposição ao comércio internacional, depois dos anos 90, as transformações no sector externo do país provocaram mudanças ao nível dos salários e mercado de trabalho, na sequência da globalização, bem como um aumento da produção de firmas estrangeiras no Brasil.

Tendo como panorama de fundo o caso brasileiro, Arbache (2002) procura estudar o impacto da globalização essencialmente nos domínios da Educação e Mercado de Trabalho. Realça que, se o modelo de Hecksher-Ohlin fosse aplicado no Brasil, poder-se-ia concluir que "a maior integração internacional deveria contribuir para a redução da desigualdade entre os salários dos trabalhadores mais qualificados e menos qualificados." Contudo, na prática, o que se verifica é um aumento da desigualdade de rendimento entre as pessoas com ensino superior completo e as pessoas com

ensino básico. O mesmo se verifica com o teorema de Stolper-Samuelson: contrariamente ao que a teoria apontava, nos últimos 20 anos, as desigualdades nos salários no Brasil mantiveram-se muito elevadas, mas relativamente estáveis. No entanto, reconhece o que Kuznets já identificara em 1995: à medida que as empresas no Brasil procurarem mais trabalho qualificado, essas desigualdades tenderão a aumentar.

Já David (2011) detetou o oposto, concluindo que comércio, abertura ao comércio e anos de escolaridade no Brasil contribuem para a diminuição das desigualdades de rendimento, verificando-se a aplicação do teorema de Stolper-Samuelson. No entanto, no que diz respeito ao IDE, verifica que o aumento dos seus fluxos no Brasil provoca um aumento das desigualdades de rendimento, uma vez que as firmas estrangeiras procuram trabalhadores qualificados, aos quais pagam salários mais elevados, aumentando o fosso salarial. Acrescem ainda os elevados custos de I&D e dificuldades de transferência de conhecimentos e métodos entre empresas.

Outro elemento a ter em conta no Brasil, dada a sua extensão e diversidade, são as disparidades regionais na distribuição do rendimento. David verifica que o Sul, com um maior índice de desenvolvimento humano e maior abertura ao comércio, caminha mais rapidamente para a igualdade do que o Norte. O mesmo se passa com o interior que, a par de uma maior abertura, apresenta uma especialização em trabalhadores não qualificados, reduzindo assim as desigualdades, especialmente quando comparado com as zonas costeiras. Sabemos que um aumento de IDE provoca um aumento das desigualdades, mas isso não é válido para o Norte nem para o interior do país, destaca David. Já no litoral, as entradas de IDE têm sido nefastas para a equidade.

Hoffman (2000) vem também confirmar as grandes discrepâncias existentes no Brasil, evidenciando um índice de GINI superior a 0,6, com uma população na qual os 10% mais ricos detêm quase 48% da renda total. Os contrastes rurais/urbanos também são evidentes, como destaca o Hoffman e ainda Carvalho (2006), com o primeiro a verificar uma desigualdade urbana três vezes superior à existente em contexto rural.

MODELO DE ANÁLISE, OBJETO DE ESTUDO E OBJETIVOS

Tendo como ponto de referência as abordagens acima referidas de Kaasa (2005) e Dreher (2006), o objetivo do trabalho é perceber qual ou quais das três dimensões da globalização - económica, social, política - e variáveis mais influenciam a desigualdade de rendimentos nos países a

considerar. Para isso, realizaremos uma análise explicativa das relações entre variáveis, procurando responder às hipóteses formuladas no decorrer da investigação.

No âmbito da pesquisa quantitativa, considerámos, por um lado, a Desigualdade de Rendimentos como variável dependente (indicada pelo coeficiente de GINI) e, por outro, dividimos em três blocos as seguintes variáveis independentes relacionadas com a globalização, na seguinte ordem:

- PIB *per capita*, crescimento do PIB, inflação, grau de abertura dos mercados dos países e o IDE (*inflows*). Devido à sua natureza económica, decidimos agrupar estes indicadores no bloco **Globalização Económica**;
- Urbanização, número alunos que frequentam o ensino secundário (escolas públicas e privadas), corrupção e desemprego. Agrupámos estes indicadores no bloco **Globalização Social**; Gastos públicos do Governo
- Democratização, gastos públicos do Governo e número de acordos internacionais assinados. Estes indicadores, pertencendo a outro tipo de dimensão, foram agrupados no bloco **Globalização Política**.

Para a obtenção de dados e análise de cada indicador, uma base de dados não é suficiente, uma vez que não comporta todos os elementos que necessitamos. Desta forma, consultaremos as bases de dados do The World Bank (World Bank Data Indicators), EUROSTAT, OCDE, Quality of Government Dataset, e, finalmente, Corruption Perceptions Index.

Na medição da relação entre as variáveis, recorreremos a uma Regressão Linear Simples através do Software SPSS Statistics, visto todas as variáveis a considerar serem do tipo quantitativo. Pretendemos, assim, avaliar o efeito das variáveis independentes em conjunto (blocos), e individualmente, sobre a variável dependente (desigualdade de rendimentos).

3.1. Conceptualização e operacionalização dos conceitos

Tendo em consideração a revisão da literatura acima realizada, e as variáveis selecionadas, iremos proceder à correta conceptualização e operacionalização dos mesmos. Relativamente à **Globalização**, e tendo como ponto de partida as investigações de Kaasa (2005) e Dreher (2006), que inclui o índice de KOF, agrupámos as variáveis consoante a sua dimensão económica, social ou política.

GRUPO	INDICADOR	DEFINIÇÃO	EFEITO ESPERADO NO RENDIMENTO	BASE DE DADOS
GLOBALIZAÇÃO ECONÓMICA	PIB <i>per capita</i>	<i>Produto Interno Bruto, por pessoa. Permite medir o bem-estar num país, associado à distribuição de rendimentos.</i>	U-invertido (Barro, 1999) U (Azevedo, 2012)	WDI (World Bank)
	Crescimento do PIB	<i>Crescimento do Produto Interno Bruto. Variável que permite medir a evolução do bem-estar num país.</i>	U-invertido (Kuznets, 1995)	WDI (World Bank)
	Inflação	<i>Aumento generalizado dos preços de bens e serviços. Variável que afeta os mais pobres, ao desvalorizar os rendimentos nominais fixos (pensões, subsídios, etc.).</i>	+ (Parker, 1999) - (Johansson, 1997)	WDI (World Bank)
	Abertura ao comércio	<i>Relativa ao grau em que uma economia permite trocas comerciais com outra economia.</i>	+ (Azevedo, 2012; Baddeley, 2006) - (Das, 2005; Silva, 2007)	WDI (World Bank)
	Investimento Direto Estrangeiro (<i>inflows</i>)	<i>Movimentos de capitais que entram, via investimento direto, num determinado país, motivado pelo interesse duradouro de empresas não nacionais.</i>	+ (Azevedo, 2012; Baddeley, 2006) - (Das, 2005; Silva, 2007)	WDI (World Bank)
GLOBALIZAÇÃO SOCIAL	Urbanização	<i>Densidade populacional numa determinada região.</i>	- (Crenshaw, 1993) + (Litwin, 1998)	WDI (World Bank)
	Nº de alunos no ensino secundário	<i>Variável encontrada para medir o nível de educação da população.</i>	- (Azevedo, 2012)	WDI (World Bank)
	Corrupção	<i>Comportamento desonesto por parte do poder, através de meios ilegítimos.</i>	+ (Gupta, Davoodi e Alonso-Terme, 2002)	CPI Website
	Desemprego	<i>% de população ativa, sem possibilidade de trabalhar.</i>	+ (Parker, 1999)	WDI (World Bank)
GLOBALIZAÇÃO POLÍTICA	Democratização	<i>Igualdade e acessibilidade ao nível dos direitos e deveres civis.</i>	- (Li, Squire e Zou, 1998) + (Crenshaw, 1993)	QOG (Quality of government dataset)

	Nº de acordos internacionais	<i>Nº acordos internacionais, tratados assinados, etc.</i>	? (Dreher e Martens, 2008)	Treaties database (UE)
	Gastos públicos do Governo	<i>Despesa do governo essencial ao fornecimento de serviços públicos.</i>	- (Azevedo, 2012)	WDI (World Bank)

No domínio da **Desigualdade de Rendimento**, apesar de existirem vários coeficientes – índice de Theil, Atkinson, Hoover, Schutz e Curva de Lorenz –, iremos considerar no nosso estudo o índice de GINI. Já utilizado por diversos autores em várias investigações, este índice varia entre “0” e “100” (World Bank index) – onde “0” representa a igualdade total de rendimento e “100” a desigualdade total.

HIPÓTESES

Os fatores que levam à desigualdade no rendimento são frequentemente alvo de estudos. No entanto, as variáveis que determinam essa desigualdade não são muito consensuais. Nesse sentido, iremos formular uma hipótese para cada uma das variáveis escolhidas, explorando a hipotética influência das mesmas na variável independente. Relembramos mais uma vez que as variáveis escolhidas para a **Globalização Económica** foram: PIB *per capita*, crescimento do PIB, inflação, grau de abertura dos mercados dos países e o IDE (*inflows*). Tendo em conta estas variáveis, estabelecemos as seguintes hipóteses:

H1: Se a globalização económica, medida pelo grau de abertura da economia for maior, menor será a desigualdade nos rendimentos no país menos desenvolvido.

Segundo o Teorema de Stolper-Samuelson o comércio livre leva ao aumento do preço do bem em que o país tem vantagem comparativa. Assim, o bem exportado leva ao aumento da remuneração nominal e real do factor relativamente abundante e a diminuição da remuneração nominal e real do factor escasso. Por exemplo, um país que seja relativamente abundante no factor trabalho não qualificado, como é o caso dos países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento, a teoria prevê que a desigualdade irá diminuir. Contudo, no que toca a países desenvolvidos que são relativamente abundantes em capital e trabalho qualificado, o comércio livre aumenta a desigualdade (Faustino & Vali, 2011).

H2: Se a globalização económica, medida pelo IDE (*inflows*) for maior, menor será a desigualdade.

Faustino & Vali (2011) consideram que o Investimento Direto Estrangeiro reflete a globalização e a fragmentação da produção e que o Índice de Gini aumenta quando as diferenças de rendimento aumentam. É esperado que o IDE tenha efeitos positivos na desigualdade de rendimentos medidos pelo Índice de Gini. Mundell (1957)², por sua vez, considera que o aumento do IDE no Países em Desenvolvimento leva à redução da desigualdade na distribuição de rendimento. Defende também que o aumento de fluxos de IDE de países desenvolvidos para países em desenvolvimento, ao aumentar a quantidade de capital existente no país, aumenta também a produtividade marginal, aumentando assim os salários nominais e reais. Assim, a desigualdade nos rendimentos diminui.

Por outro lado, também pode ser considerado que os fluxos de capital dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento correspondem a *outsourcing* das atividades, que da perspectiva dos países desenvolvidos corresponde a trabalho não qualificado, mas que da perspectiva dos países em desenvolvimento corresponde a trabalho qualificado. O aumento de fluxo de IDE leva a um aumento de trabalhadores qualificados (na perspectiva do país em desenvolvimento), levando conseqüentemente a um aumento nos salários relativos. Assim sendo, a consequência maior é a desigualdade de rendimento entre trabalhadores qualificados e não qualificados (Feenstra e Hanson, 1997)³. Também Frebaugh e Beck (1994) argumentam que os fluxos de IDE criam dependências nos países em desenvolvimento, uma vez que criam disparidades e dualismos nas estruturas produtivas, dificultando o crescimento económico e promovendo a desigualdade nos rendimentos. Isto acontece porque as Multinacionais operam longe do resto da economia, consumindo a maioria dos recursos e capital existentes, para depois repatriar a riqueza e os lucros criados.

H3: Quanto maior a riqueza de um país, medida pelo PIB *per capita*, menor será a desigualdade.

A maior parte dos estudos sobre a riqueza de uma país e a sua influência na desigualdade de rendimentos assentam, na sua maioria, na hipótese criada por Kuznets (1955) sobre o U-invertido: à medida que o PIB cresce, a desigualdade irá aumentar e depois irá diminuir com a passagem do tempo. A desigualdade de rendimento entre sectores, por exemplo, entre o sector agrícola menos produtivo e o sector industrial mais produtivo, é maior que a desigualdade entre dentro deles. À medida que se inicia o movimento da força de trabalho de um sector para o outro, a desigualdade aumenta, mas irá começar a diminuir quando a maior parte da força de trabalho encontra-se no setor industrial (Ferreira, 1999). Por outro lado, Ram (1997) analisou um conjunto de países desenvolvidos entre 1952 e 1992 e encontrou uma curva de U-desinvertido, ou seja, com o aumento

² Citado por Faustino e Vali (2011).

³ Citado por Faustino e Vali (2011).

do PIB, a desigualdade nos rendimentos diminuiu entre 1950 e 1960, mas aumentou a partir de 1970. Contudo, no estudo de Gustafsson e Johansson (1997) que incide nos países da OCDE, entre os anos de 1966-1994, a riqueza de um país revelou-se insignificante na sua influência na desigualdade de rendimentos.

H4: A relação entre a desigualdade, medida pelo Índice de Gini e o PIB *per capita*, tem a forma de U invertido.

Kuznets (1955) considera que a desigualdade aumenta com o crescimento económico, sendo que na fase final do desenvolvimento a relação entre o nível de PIB *per capita* e a extensão da desigualdade tende a ser negativa. A relação completa entre um indicador de desigualdade, como o Índice de Gini, e o nível de PIB *per capita* é descrita com um U-invertido (Barro, 2000). Kuznets conclui que a fase inicial da migração da população agrícola para um sector industrial cria dois grupos com rendimentos diferentes. Na fase final da migração da população, que acontece quando a maioria da população agrícola encontra-se no setor industrial, a desigualdade de rendimentos irá atingir níveis estáveis, para mais tarde apresentar sinais de redução contínua à medida que o PIB *per capita* aumenta (Azevedo *et al*, 2012).

H5: À medida que aumenta a inflação, aumenta também a desigualdade de rendimentos.

Há uma relação forte entre o nível de inflação e a desigualdade de rendimentos, principalmente porque a parcela de população com rendimentos mais baixos encontra-se mais vulnerável em relação à inflação (Albanesie, 2006). No entanto, é também possível que a influência entre a inflação e a desigualdade de rendimentos possa depender de país para país (Dimelis e Livada, 1999).

H6: Quanto maior e mais rápido for o crescimento da economia, maior será o aumento da desigualdade de rendimentos.

É considerado que quanto mais uma economia crescer, irá depender mais atividades de empreendedorismo e por isso o rendimento converge para os indivíduos mais ricos – aqueles que são capazes de investir e beneficiar do crescimento económico (Chang e Ram, 2000). A rapidez com que a economia cresce também influencia a desigualdade de rendimentos (Edwards, 1997).

Como já foi referido, as variáveis escolhidas para expressar a **Globalização Social** são a Urbanização, o número de alunos no ensino secundário, a corrupção e o desemprego. Tendo em conta estas variáveis, já explicadas no quadro acima, formulámos as seguintes hipóteses:

H7: O aumento da taxa de urbanização pode favorecer o aumento da desigualdade no rendimento.

Esta possibilidade foi estudada por autores como Nielsen e Alderson (1997), que concluíram que elevadas densidades populacionais e elevadas taxas de urbanização favorecem a desigualdade, a qual é mais elevada nas áreas urbanas do que nas áreas rurais. No entanto, há que considerar conclusões contraditórias, como a de Crenshaw (1993)⁴, que concluiu que uma elevada densidade populacional estava relacionada com desigualdades mais baixas, já que o país se defrontava com melhores possibilidades de organização social.

H8: Quanto maior for o número de alunos inscritos no ensino secundário, maior será o nível de instrução desse país – e, conseqüentemente, menor será a desigualdade no rendimento.

Esta hipótese foi estudada por autores como Nielsen e Alderson (1995) e Chiswick (1971)⁵, cujas conclusões mostram que uma elevada desigualdade na educação está associada a uma desigualdade no rendimento. Ainda de acordo com Chevan e Stokes (2000), no caso de se tratar de uma população com níveis de instrução muito desiguais, o resultado pode ser o de uma maior desigualdade no rendimento – no seu caso, foi estudada a população dos EUA. Há ainda que referir o caso de, nos países em desenvolvimento, se poderem verificar níveis de desigualdade no rendimento mais baixos durante um determinado período, mas que não são reflexo de um maior nível de instrução, sendo antes uma consequência de alteração estrutural de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial. A variável utilizada no presente estudo refere-se ao número total de alunos inscritos no ensino secundário público e privado. Espera-se que tenha um coeficiente negativo, por forma a comprovar a hipótese colocada.

H9: Quanto mais elevado for o nível de corrupção, maior a desigualdade na distribuição do rendimento.

Esta hipótese tem por base a forma como a corrupção afecta a riqueza de um país: é mais comum em países com escassez de recursos, sendo que a população tentará fazer uma “auto-distribuição” a seu favor. Assim sendo, as desigualdades no rendimento aumentam, não havendo sequer um controle das mesmas. Segundo Husted (1999)⁶ o risco de corrupção aumenta nos países pobres, com poucos recursos para distribuir.

H10: Um país que sofra um aumento da taxa de desemprego pode ter, conseqüentemente, um aumento na desigualdade do rendimento.

⁴ Citado através de Kaasa (2005).

⁵ *Idem.*

⁶ *Idem.*

Esta hipótese tem por base a ideia de que, com o aumento do desemprego, as pessoas mais afectadas – ou inicialmente afectadas – serão aquelas que já apresentam rendimentos mais baixos. Assim, a desigualdade no rendimento pode também vir a aumentar. Abdel-Ghany (1996) fez um estudo relativo aos EUA, comprovando esta relação. Contudo, também esta variável apresenta limitações: a conjuntura internacional no período em análise deve ser sempre tida em conta, já que em determinadas fases o desemprego pode não ser a causa de um aumento na desigualdade no rendimento.

Relativamente à **Globalização Política**, e como também já mencionado, foram escolhidas as seguintes variáveis como expressivas desse bloco: índice de democratização, número de acordos internacionais e pelos gastos públicos do governo. As hipóteses formuladas foram, respetivamente:

H11: Considerámos que, em princípio, quanto maior for o índice de democratização de um país, menor será a desigualdade no rendimento.

Tendo em conta o elevado número de variáveis existentes para medir a democratização, convém esclarecer que o índice por nós seleccionado é o utilizado pela *Freedom House*. Este índice assume um valor maior, quanto mais democratizado for o país. A nossa hipótese é assumida partindo do princípio de que numa sociedade democratizada os cidadãos têm maiores possibilidades de usufruir da redistribuição de rendimentos, de um estado social mais ou menos interventivo e da garantia de direitos políticos e sociais. Os autores Li, Squire e Zou (1998) chegam a esta conclusão no seu estudo, enfatizando a defesa das liberdades civis, característica dos países democratizados, como responsável pela redução na desigualdade do rendimento. Este estudo considerou o período de 1947-1994, em 49 países. No entanto, há que considerar a possibilidade de haver igualmente uma redistribuição de rendimentos em países autoritários, pelo que esta variável se pode tornar redutora. Os autores Sirowy e Inkeles (1990) chamam à atenção para esta questão no seu estudo.

H12: O número de acordos internacionais pode ser reflexo do nível de desenvolvimento, abertura e credibilidade de um país. Assim sendo, quanto maior for o número de acordos internacionais em que um país está envolvido, menor será a desigualdade no rendimento dentro desse país.

No entanto, novamente esta variável pode tornar-se redutora, já que a credibilidade de um país e o seu dinamismo na diplomacia económica e política mundial podem não significar que há uma eficaz redistribuição de rendimentos interna, bem como outras preocupações sociais que se reflectem numa menor desigualdade no rendimento.

H13: À medida que os gastos públicos do governo aumentam, a desigualdade no rendimento diminui.

Pressupõe-se que os gastos públicos do governo em pensões, subsídios, bolsas, entre outros gastos, promovam uma menor desigualdade no rendimento. Assim concluiu Durham (1999), por exemplo, cuja análise incidiu sobre o período de 1960-1992. No entanto, há que ter em conta que os gastos públicos do governo podem ser canalizados para áreas sociais que não promovam uma menor desigualdade no rendimento. Para além disso, o resultado provocado pelos gastos públicos do governo depende ainda da sua percentagem de gastos totais. Li e Zou (2002) mostram exatamente essa situação no seu estudo: a canalização de gastos públicos para pessoas não carenciadas pode promover o efeito contrário, aumentando assim a desigualdade no rendimento.

H14: Espera-se que a globalização económica tenha um maior poder explicativo da desigualdade de rendimentos que a globalização social e/ou a globalização política.

Esta hipótese foi levantada por nós no decorrer deste estudo exploratório, e será curioso atestar se serão as variáveis económicas as principais explicadoras de uma desigualdade de rendimentos em Portugal e no Brasil, ou se por ventura, as variáveis políticas e sociais ocupam um papel cada vez mais preponderante na propagação das desigualdades de rendimento.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

6.1. Investigação quantitativa: a explicação da escolha do método

A escolha do método para a realização de uma investigação desta natureza incidiu sobre o quantitativo, pela sua clareza na apresentação de dados, indicadores e passíveis de serem quantificadas. Para além disso, e apesar das suas limitações, os dados extraídos possuem uma grande validade em termos de resultados obtidos, generalizáveis para o conjunto da população – o nosso objetivo quando nos propusemos a estudar duas amostras abrangentes, Portugal e o Brasil.

Desta forma, procurámo-nos afastar a investigação mais qualitativa (e, por isso, mais subjetiva), que analisa valores, crenças e hábitos, entre outras, que não se enquadravam no nosso objetivo. O nosso propósito era medir o impacto de determinados indicadores económicos, associados à Globalização, na desigualdade de rendimentos em cada um dos países.

Se numa fase inicial do nosso estudo pretendíamos realizar uma comparação entre os BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – e os denominados PIGS – Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha, à medida que fomos pesquisando nas bases de dados apercebemo-nos que não teríamos dados suficientes para realizar esta análise. Daí termos escolhido um representante dos primeiros, o Brasil, e outro dos últimos, Portugal, motivados também pelos laços históricos, culturais e linguísticos que os unem.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Para compreendermos de que forma as nossas variáveis independentes podem influenciar a desigualdade de rendimentos, realizar-se-ão, primeiramente, análises bivariadas (cada variável independente é analisada individualmente para compreender a sua relação com a variável dependente), através de correlações. Posteriormente, realizaremos análises mais complexas (análises multivariadas), através da realização de uma regressão linear múltipla – para assim tentar compreender os modelos explicativos na sua globalidade e a sua relação com o Índice GINI. Assim sendo, optou-se estrategicamente pelo método Standard ou simultâneo - “Enter”, o mais usual, em que todas as variáveis entram só de uma vez, sem qualquer ordem específica.

7.1. Análise dos dados descritivos e explicativos

7.1.1. Análise descritiva

Esta investigação empírica tem como objectivo conhecer e compreender as desigualdades de rendimentos, através do Índice de GINI, para Portugal e Brasil. Para o efeito, iremos verificar qual ou quais os factores que melhor explicam esta mesma desigualdade nestes países, com recurso a uma análise estatística em SPSS. Os quadros seguintes apresentam uma análise descritiva sucinta das variáveis a considerar.

Em termos descritivos, podemos aferir que não existem muitas variáveis com poucas observações, à excepção da variável “Índice Percepção Corrupção”, em que os dados disponíveis não remontam a anos anteriores a 1995, o que reduz o número de observações para 30, e conseqüentemente enfraquece a sua análise. Existem outras variáveis com menos de 60 observações (% de população desempregada, inflação, número alunos no secundário, número acordos internacionais e Índice democratização), mas que não constituem um entrave para uma análise de dados coerente e concisa, dado o número elevado de observações.

Podemos observar que, à exceção da variável “Crescimento PIB”, “% total desempregados” e “índice Democratização”, todas as variáveis apresentam uma assimetria positiva, ou seja, um enviesamento à esquerda, em termos gráficos.

Análise Descritiva						
Variáveis	N	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Coeficiente GINI	60	30,00	55,74	41,8647	41,4550	9,24607
PIB per capita US\$	60	1558,38	23716,39	7113,4025	4747,1650	5784,06115
Crescimento PIB (%)	60	-4,39	9,11	2,5418	2,7350	3,00645
% total desempregados (força laboral)	56	2,40	9,70	6,4429	6,7500	1,98804
Grau abertura comércio (%doPIB)	60	6,57	32,45	19,0083	18,5300	8,81514
Influxo Investimento Directo Estrangeiro (%PIB)	60	,13	5,70	1,7678	1,2850	1,46394
Taxa de urbanização	60	42,79	84,03	63,7168	62,6950	13,95438
Índice perceção corrupção CPI	30	2,70	6,97	5,0127	4,8300	1,43726
gastos públicos governo US\$	60	3,26E9	3,44E11	6,7226E10	3,052E10	7,93661E10
inflação (preços consumidor)	59	-,83	2947,73	202,6138	8,9400	557,68811
número alunos ensino secundário	49	398320,00	26317983,00	8,1326E6	821474,00	9,46365E6
Índice democratização	57	4,42	10,00	8,7556	8,9200	1,40462
nº acordos internacionais	52	1,00	25,00	4,4808	3,0000	4,72162

7.1.2. Análise explicativa: correlações de Pearson

Antes de mais, é importante referir que excluímos do procedimento de análise regressiva a variável corrupção, por apresentar apenas 50% das observações possíveis, o que acabaria por enviesar os resultados obtidos, dado o reduzido número de observações.

No que diz respeito à desigualdade de rendimentos, definida pelo índice GINI, podemos observar, de seguida, uma tabela com os valores das correlações entre as variáveis independentes e este mesmo índice. Este procedimento é útil, à partida, para identificar que variáveis se correlacionam ou não, e qual a intensidade da sua correlação – atenção que correlação não representa causalidade, mas serve para evitar tautologias ou excluir variáveis com correlações ínfimas da

análise posterior. Podemos observar que as variáveis que estão significativamente correlacionadas correspondem às assinaladas a azul na tabela em baixo:

Coefficiente GINI			
	Correlação Pearson	Sig. (2-tailed)	N
Coefficiente GINI	1		60
PIB <i>per capita</i> US\$	-,498**	.000	60
Crescimento PIB (%)	.013	.924	60
% Total desempregados (força laboral)	-,064	.637	56
Grau abertura comércio (% do PIB)	-,926**	.000	60
Influxo Investimento Directo Estrangeiro (%PIB)	-,063	.631	60
Taxa de urbanização	,912**	.000	60
Índice percepção corrupção CPI	-,945**	.000	30
Gastos públicos governo US\$,526**	.000	60
Inflação (preços consumidor)	,393**	.002	59
Número alunos ensino secundário	,829**	.000	49
Índice democratização	-,773**	.000	57
Nº acordos internacionais	-,342*	.013	52

**Correlação é significativa a 0.01 (2-tailed)

* Correlação é significativa a 0.05 (2-tailed)

Como se pode observar pela Tabela 1 (que apresenta as correlações bilaterais entre o “Índice GINI” e as restantes variáveis independentes) nove das onze variáveis analisadas mostraram-se significativas, afetando, assim, a desigualdade de rendimentos: PIB *per capita* em US\$, o grau de abertura do comércio (em percentagem do PIB), a taxa de urbanização, o índice de percepção de corrupção CPI, os gastos públicos do governo em US\$, a inflação (preços de consumidor), o número de alunos no ensino secundário, o índice de democratização e, finalmente o número de acordos internacionais.

Interpretando o coeficiente de correlação de Pearson, em que os valores acima dos 0.70 denotam uma correlação forte e os valores abaixo de 0.30 denotam uma correlação fraca, é interessante observar quais os indicadores que influenciam significativamente a desigualdade de rendimentos e com que intensidade.

O PIB *per capita* estabelece com o Índice GINI uma correlação de intensidade média, sendo que o aumento dessa variável independente origina a diminuição da desigualdade de rendimentos, a curto prazo. Por seu lado, o grau de abertura de comércio (em percentagem de PIB) estabelece com o Índice GINI uma forte correlação; isto é, à medida que o país aumenta as suas relações comerciais com o mundo, a desigualdade de rendimentos tende a diminuir. Também a taxa de urbanização apresenta valores claros quanto à influência que exerce sobre a variável dependente: estas apresentam uma correlação forte positiva, mas, ao contrário da relação anterior, se uma aumenta a outra aumentará também.

Apesar da falta de dados relativamente ao índice de perceção de corrupção (note-se que este indicador classifica, com valores mais elevados, os países que apresentem menor nível de corrupção), o indicador mostra-se relevante quando relacionado com o índice de GINI: quando o nível de perceção de corrupção no sector público aumenta, o índice GINI diminui.

Os gastos públicos do governo e a inflação a preços do consumidor apresentam valores semelhantes quando correlacionados (individualmente) com a nossa variável dependente. Assim, se um desses aumenta, o mesmo se verifica com a desigualdade de rendimentos. Mas a observação que se mostrou ser mais surpreendente foi o facto do número alunos no ensino secundário estabelecer com o índice de GINI uma correlação perfeita positiva, isto é, quantos mais alunos frequentarem este nível de ensino, maior é a desigualdade de rendimentos.

Finalmente, as últimas duas variáveis apresentadas na Tabela 1 (nível de democratização e número de acordos internacionais) são significativas quando correlacionadas individualmente com o índice GINI. Ambas apresentam a mesma característica de correlação negativa. Com isto, pode afirmar-se que quanto mais democrático o país for, menor será o índice de GINI e, ainda, que quanto maior o número de acordos internacionais que o país assinar, menor é também o valor desse mesmo índice.

7.1.3. Análise explicativa: Regressão Linear Simples

Globalização económica, política e social (Resposta à Hipótese)

Neste segmento do trabalho, atentaremos aos resultados obtidos através das regressões lineares simples realizadas, para cada um dos tipos de globalização consideradas (económica, social e política). O objetivo é dar resposta à hipótese por nós formulada, referente a estas dimensões da

globalização, na qual propusemos que a globalização económica seria a mais determinante na desigualdade de rendimentos em Portugal e no Brasil.

Para a regressão referente à **Globalização Económica**, como já foi referido, considerámos as variáveis PIB *per capita*, Crescimento anual do PIB (%), Inflação, Grau de abertura ao comércio e IDE (*Inflows*). Na tabela abaixo, podemos observar um quadro resumo dos resultados obtidos através desta regressão, na estimação da influência das variáveis da Globalização económica na desigualdade:

Globalização económica (Efeito sobre GINI)

Variáveis independentes	Beta	Sig	Part
PIB <i>per capita</i> US\$.221	.001*	.155
Crescimento PIB (%)	.043	.337	.042
Grau abertura comércio (%doPIB)	-1.064	.000*	-.744
Influxo Investimento Directo Estrangeiro (%PIB)	.112	.021*	.103
Inflação (preços consumidor)	.082	.101	.072

R² Ajustado = 0,892

*p < 0,05

Podemos observar que, quando considerada a globalização económica e as variáveis que a constituem, este conjunto de variáveis explica 89,2% da desigualdade em termos de índice GINI (R=0,892), o que representa um modelo de muito boa qualidade.

Podemos também constatar que o PIB *per capita* (p=0,001), o IDE (p=0,021) e o Grau de abertura do comércio (p=0,000) são variáveis estatisticamente significativas para explicar a desigualdade em Portugal e no Brasil (p<0,05). Ao invés, a inflação (p=0,101) e crescimento do PIB (p=0,337) não são variáveis estatisticamente significativas para este efeito (p> 0,05).

Para concluir, observamos que, neste conjunto, a variável que mais explica a desigualdade de rendimentos é o Grau de abertura ao comércio, pois apresenta o valor de β mais elevado ($\beta=-1,064$), seguida do PIB *per capita* ($\beta=0,221$) e do IDE ($\beta=0,112$).

No que diz respeito à **Globalização Social**, as variáveis consideradas foram a taxa de urbanização, corrupção (removida da análise regressiva por N insuficiente), taxa de desemprego e número alunos do ensino secundário. Podemos observar, na tabela abaixo, um quadro resumo dos resultados obtidos através desta regressão na estimação da influência das variáveis da Globalização económica na desigualdade:

Globalização Social (Efeito sobre GINI)			
Variáveis Independentes	Beta	Sig	Part
% Total de desempregados (força laboral)	-,277	,000*	-,245
Taxa de urbanização	,796	,000*	,264
Número de alunos no ensino secundário	,192	,207	,061
R² Ajustado = 0,900			

*p < 0,05

Olhando para a tabela acima, podemos observar que a Globalização Social, representada neste conjunto de três variáveis, explica em 90% a desigualdade de rendimentos, medida através do índice de GINI (R² Ajustado=0,900), sendo um modelo de bastante qualidade na explicação na desigualdade de rendimentos.

É pertinente referir que duas das três variáveis referentes a este tipo de globalização são estatisticamente significativas neste modelo, neste caso a “% Total de desempregados” (p=0,000) e a “Taxa de urbanização” (p=0,000), sendo que pelo contrário a variável “Nº de alunos no ensino secundário” não se apresenta como estatisticamente significativa (p>0,05). É também de notar que a variável “Taxa de urbanização” é a variável mais explicativa da desigualdade de rendimentos ($\beta=0,796$), seguida da variável “% Total de desempregados” ($\beta=-0,277$) e por último a variável “Número de alunos no Ensino Secundário” ($\beta=0,192$).

Quando falamos em **Globalização Política**, temos em conta as seguintes variáveis: índice democratização, número de acordos internacionais assinados e gastos públicos do Governo. Para observarmos a influência deste tipo de globalização sobre as desigualdades de rendimento, notemos o quadro abaixo representado:

Globalização Política (efeitos sobre GINI)

Variáveis Independentes	Beta	Sig	Part
Índice democratização	-,655	,000*	-,561
Nº acordos internacionais	-,004	,956	-,004
Gastos públicos do governo US\$,380	,000*	,350

R² Ajustado = 0,754

*p < 0,05

Em termos de globalização política e o seu efeito sobre o índice GINI, podemos constatar que temos um modelo explicativo desta relação, que se traduz num valor de 75,4%, um valor bastante aceitável para a área das Ciências Económicas.

Olhando para este modelo variável a variável, notamos que quer o “índice de democratização” quer os “gastos públicos do Governo (US\$)” são estatisticamente significativas na Globalização política, e conseqüentemente, na explicação das desigualdades de rendimentos (Ambas p=0,000), sendo que o “nº de acordos internacionais” assinados pelos países não se revela uma variável pertinente na explicação da variação do índice de GINI (p=0,956). Entre as duas variáveis significativas, apontamos o “índice de democratização” como sendo a mais explicativa da VD ($\beta = -0,655$), seguida dos “Gastos públicos do Governo US\$” ($\beta = 0,380$), sendo o efeito da variável “nº de acordos internacionais” irrelevante na explicação das desigualdades ($\beta = -0,004$).

Efeito da globalização sobre desigualdade de rendimentos (geral)

A análise da globalização no seu todo e conseqüentemente no seu efeito sobre as desigualdades de rendimento em Portugal e no Brasil, pode ser observada na tabela abaixo:

Efeitos da Globalização no índice GINI (Portugal e Brasil)

Variáveis Independentes	Beta	Sig	Part
PIB per capita US\$	-,166	,032*	-,047
Crescimento PIB (%)	,010	,746	,007
% total desempregados (força laboral)	-,005	,919	-,002
Grau abertura comércio (%doPIB)	-,202	,049*	-,043

Influxo Investimento Directo Estrangeiro (%PIB)	,008	,784	,006
Taxa de urbanização	1,246	,000*	,200
gastos públicos governo US\$	-,153	,004*	-,066
inflação (preços consumidor)	,027	,424	,017
número alunos ensino secundário	-,473	,003*	-,069
Índice democratização	-,064	,490	-,014
nº acordos internacionais	-,002	,952	-,001

R² Ajustado= 0,985

*p < 0,05

A tabela anterior apresenta-nos os resultados de uma regressão linear, em que todas as variáveis (excluindo a percepção de corrupção por falta de dados) são testadas a fim de verificar se influenciam a desigualdade de rendimentos, em simultâneo.

Aquelas que apresentam valores significativos são o PIB *per capita*, o grau de abertura do comércio em percentagem do PIB, a taxa de urbanização, os gastos públicos do governo em US\$ e o número de alunos inscritos no ensino secundário. Comparando esta análise com as correlações bilaterais anteriormente apresentadas, é interessante verificar a perda de influência de alguns indicadores quando não actuam sozinhos.

Os efeitos que estas variáveis exercem sobre o índice GINI são vários: como já tínhamos visto anteriormente, o PIB *per capita* apresenta um valor negativo quando relacionado com o GINI. Assim, podemos afirmar que não há mudança de comportamento entre estes: quando um aumenta, o outro diminui. O mesmo acontece com o grau de abertura do comércio, pois quando se aumenta o total de exportações em percentagem do PIB, a desigualdade de rendimentos tende a diminuir. Esta observação também não difere das conclusões das correlações bilaterais. A taxa de urbanização, apresenta um valor positivo quando correlacionada com a variável dependente, o que não difere também do que se verificou anteriormente. Isto é, quanto maior a percentagem de população que reside nas zonas urbanas de um determinado país, maiores são as desigualdades de rendimento.

Por outro lado, observou-se verificou-se a existência de duas variáveis que tiveram uma alteração no seu comportamento, quando inseridas num modelo global: os gastos públicos do governo em US\$ e o número de alunos inscritos no ensino secundário. Quando antes apresentavam valores em que era possível estabelecer uma correlação positiva com a variável dependente, agora ambas as

variáveis independentes mencionadas implicam uma mudança de efeitos no índice GINI. Pode verificar-se, desta forma, que quando uma destas variáveis aumenta, o índice GINI diminui.

É ainda importante referir o valor de R^2 Ajustado de 0,985, o que significa que este modelo de análise e as variáveis escolhidas (por outras palavras, a globalização) influenciam de forma bastante significativa (explicam quase em 100%) o crescimento ou o decréscimo da desigualdade de rendimentos, tanto em Portugal como no Brasil.

Confirmação de hipóteses

Observando os resultados obtidos nesta investigação, podemos concluir que, apesar de exploratório, este estudo enquadrou resultados muitas vezes confirmados por estudos anteriores realizados por investigadores nesta área de investigação. Recorrendo as tabelas de resultados anteriormente apresentadas e a análises em separado, conformaremos se se cumprem as assunções teóricas que preconizávamos:

Efeitos da Globalização no índice GINI (Portugal e Brasil)

Variáveis Independentes	Beta	Sig	Part
PIB per capita US\$	-,166	,032*	-,047
Crescimento PIB (%)	,010	,746	,007
% total desempregados (força laboral)	-,005	,919	-,002
Grau abertura comércio (% do PIB)	-,202	,049*	-,043
Influxo Investimento Directo Estrangeiro (%PIB)	,008	,784	,006
Taxa de urbanização	1,246	,000*	,200
gastos públicos governo US\$	-,153	,004*	-,066
inflação (preços consumidor)	,027	,424	,017
número alunos ensino secundário	-,473	,003*	-,069
Índice democratização	-,064	,490	-,014
nº acordos internacionais	-,002	,952	-,001

R^2 Ajustado= 0,985

H1: Se a globalização económica, medida pelo grau de abertura da economia for maior, menor será a desigualdade nos rendimentos no país menos desenvolvido.

Para responder a esta hipótese, procedemos à separação entre os dados entre Portugal e Brasil, para podermos avaliar o impacto do grau de abertura ao exterior nestes dois países em separado.

Grau de abertura ao exterior sobre a desigualdade de rendimento	
País	Valor β
Portugal	-0,693
Brasil	-0,068

Segundo os resultados obtidos, confirmamos que existe um efeito no sentido idêntico quer em Portugal como no Brasil. Neste caso, observamos que quanto menor o grau de abertura ao comércio nos dois países, maior será a desigualdade de rendimentos, o que segundo ao teorema de Stoper-Samuelson seria o comportamento observado nos países menos desenvolvidos, contrariando assim a teoria e a hipótese colocada. Analisando os dois países conjuntamente, em termos globais, efectivamente existe uma relação entre a abertura ao comércio e a desigualdade de rendimentos significativa ($\beta=-0,202$ e $p=0,049$, $p<0,05$) e com a tendência esperada na hipótese por nós enunciada (valor de beta negativo), ou seja, maior abertura comercial exterior equivale a uma menor desigualdade de rendimentos.

H2: Se a globalização económica, medida pelo IDE (*inflows*) for maior, menor será a desigualdade.

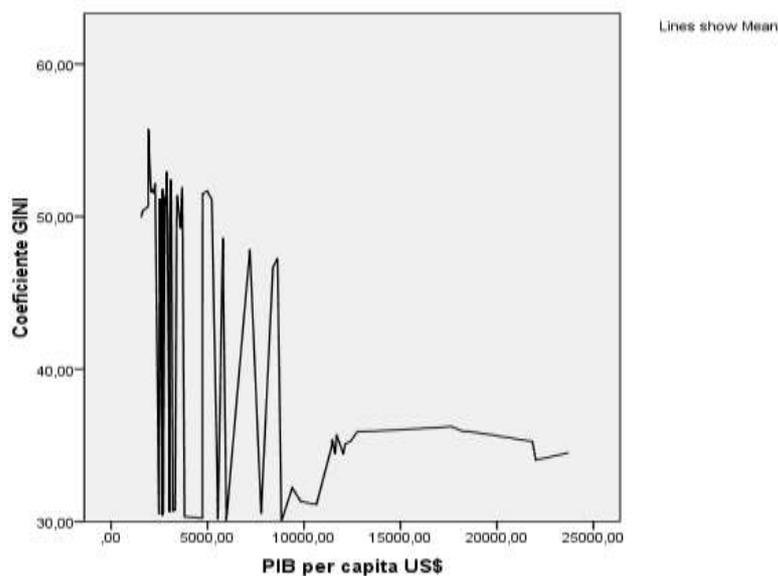
Observando a tabela referente aos efeitos da globalização no índice GINI presente no início deste segmento, deslindamos que não existe um efeito significativo desta variável ($\beta=0,008$ e $p=0,784$, $p>0,05$) sobre a desigualdade de rendimentos, o que contraria a hipótese enunciada por autores como Faustino e Valli e Frebaugh e Beck.

H3: Quanto maior a riqueza de um país, medida pelo PIB *per capita*, menor será a desigualdade.

Segundo os estudos de Kuznets, Ram e outros, existe uma relação entre a riqueza de um país medido em PIB per capita e a desigualdade de rendimentos. E, segundo os nossos resultados, esta relação confirma-se ($\beta=-0,166$ e $p=0,032$, $p<0,05$) e inclusive no sentido apontado pela teoria enunciada, ou seja, aumento do PIB representa uma redução na desigualdade de rendimentos nos dois países.

H4: A relação entre a desigualdade, medida pelo Índice de Gini, e o PIB *per capita*, tem a forma de U invertido.

Realizando uma representação gráfica entre a VI e VD consideradas nesta hipótese, aferimos que esta hipótese não se verifica quando cruzadas as variáveis referentes a esta hipótese por nós levantada, sendo reconhecível contudo, as conclusões obtidas na H3.



H5: À medida que aumenta a inflação, aumenta também a desigualdade de rendimento.

Segundo Albanesie, Dimelis e Livada, à medida que aumenta a inflação aumenta também a desigualdade de rendimentos de um país. Os resultados obtidos neste estudo levam-nos a concluir que a inflação não tem efeito significativo sobre a desigualdade de rendimentos nos países considerados ($p=0,424$, $p>0,05$), contrariando o teorizado pelos autores acima enunciados.

H6: Quanto maior e mais rápido for o crescimento da economia, maior será o aumento da desigualdade de rendimentos.

Esta hipótese enunciada por Chang e Ram, anuncia que existe uma relação entre o crescimento de uma economia em termos de PIB e a desigualdade de rendimentos. Olhando para Portugal e Brasil conjuntamente, observamos que não existe uma influência significativa desta variável sobre os mesmos ($p=0,746$, $p>0,05$), o que não vai de encontro ao enunciado pelos autores.

H7: O aumento da taxa de urbanização favorece o aumento da desigualdade nos rendimentos

Apesar de controverso nalguns estudos, vários autores como Nielson e Alderson consideram a taxa de urbanização relevante para explicar a crescente desigualdade de rendimentos num dado país. Olhando aos resultados obtidos, estimamos que esta variável é estatisticamente significativa ($p=0,000$, $p<0,05$) e que efectivamente uma maior taxa de urbanização corresponde a um aumento na desigualdade de rendimentos ($\beta=1,246$)

H8: Quanto maior for o número de alunos inscritos no ensino secundário, maior será o nível de instrução desse país – e, conseqüentemente, menor será a desigualdade no rendimento.

Vários autores debruçaram-se sobre o facto de as desigualdades na instrução se repercutirem numa maior desigualdade de rendimentos. Neste caso esperar-se-ia que um maior número de alunos no ensino secundário correspondesse a uma menor desigualdade de rendimentos, facto este que se comprova empiricamente nos resultados obtidos ($p=0,003$, $p < 0,05$) e ($\beta=-0,473$).

H9: Quanto mais elevado for o nível de corrupção, maior a desigualdade na distribuição do rendimento.

Esta hipótese defendida por Husted, relaciona um nível mais alto de corrupção com uma maior desigualdade na distribuição de rendimentos. Olhando o valor das correlações (esta variável foi excluída da regressão por dispormos de poucas observações) concluímos que é significativamente e fortemente correlacionada com o índice GINI ($R=-0,945$, $p=0,000$, $p < 0,05$) e está relacionada no sentido expectável da hipótese enunciada.

H10: Um país que sofra um aumento da taxa de desemprego pode ter, conseqüentemente, um aumento na desigualdade do rendimento

Esta hipótese foi explorada por Abdel Ghani nos EUA, e refere que a taxa de desemprego crescente deriva num aumento nas desigualdades de rendimento. Olhando aos resultados do nosso estudo, concluímos que esta variável não se revela relevante na explicação da desigualdade de rendimentos nos objectos de estudo a analisar ($p=0,919$, $p > 0,05$)

H11: Quanto maior for o índice de democratização de um país, menor será a desigualdade no rendimento.

Estudos anteriores apontaram no sentido de uma maior democratização de um país (ex: mais liberdades civis, políticas) ter um efeito redutor das desigualdades de rendimentos. Em termos de resultados, atestamos que esta variável, segundo este modelo explicativo, não se revela determinante na explicação da variação na desigualdade de rendimentos ($p=0,490$, $p > 0,05$)

H12: O número de acordos internacionais pode ser reflexo do nível de desenvolvimento, abertura e credibilidade de um país. Assim sendo, quanto maior for o nº de acordos internacionais em que um país está envolvido, menor será a desigualdade no rendimento dentro desse país.

Esta variável presente em estudos sobre o índice KOF por parte de Dreher reforça a importância do nº de acordos internacionais sobre a desigualdade de rendimentos. Em termos de resultados, esta variável não se apresentou como relevante para a nossa investigação ($p=0,952$, $p > 0,05$).

H13: À medida que os gastos públicos do governo aumentam, a desigualdade no rendimento diminui.

Durham, Li e Zhou exploram a ligação entre os gastos públicos do governo e a desigualdade de rendimentos. Afirmam que maiores gastos públicos dos governos representam uma diminuição das desigualdades num dado país. Olhando para a tabela de resultados, observamos que esta variável se apresenta como estatisticamente significativa na explicação da desigualdade ($p=0,004$, $p<0,05$) e segue o rumo esperado e teorizado pelos autores, ou seja, mais gastos públicos correspondem a menos desigualdade ($\beta=-0,153$).

H14: Espera-se que a globalização económica tenha um maior poder explicativo da desigualdade de rendimentos, que a globalização social e/ou a globalização política

Para responder a esta hipótese recorreremos às tabelas referentes aos 3 tipos de globalização, sendo que nas mesmas se encontra presente o “poder explicativo” dos modelos referentes ao respectivo tipo de globalização. Observando os valores do R^2 ajustado para cada uma das globalizações, podemos concluir que o tipo de globalização que mais explica as desigualdades económicas é a globalização social (R^2 ajustado=0,900), seguida da globalização económica (R^2 ajustado=0,892), sendo a globalização política, a menos explicativa, mesmo com um valor explicativo elevado (R^2 ajustado=0,754)

CONCLUSÃO

Com o presente trabalho, podemos concluir que os efeitos da globalização sobre a desigualdade de rendimentos continuam a manifestar-se, de certa forma, de acordo com aquilo que os principais teóricos têm vindo a estudar e confirmado.

Apesar de este ser um estudo dirigido especificamente a Portugal e Brasil, acreditamos que as conclusões e confirmações de hipóteses retiradas (H3, H7, H8, H9 e H13 confirmaram-se) reforçaram ainda mais os contributos teóricos de estudos prévios e podem contribuir para uma melhor posterior compreensão este fenómeno. Sabemos que os resultados daqui retiráveis não serão extrapoláveis para o universo dos países, mas achamos este estudo pertinente para compreender melhor de que forma a globalização tem impacto na realidade brasileira e portuguesa, nos últimos 32 anos.

No futuro, poder-se-á aprofundar mais esta temática, evidenciando mais as diferenças entre Portugal e Brasil ao nível da globalização e desigualdade. Para além disso, se mais dados vierem a estar disponíveis, seria pertinente estabelecer uma comparação e diferenciação entre a desigualdade de rendimentos, comparando BRIC e PIGS.

BIBLIOGRAFIA E WEBGRAFIA

- ALBANESI, S. (2006), *Inflation and Inequality*; Journal of Monetary Economics, 54(4) pp. 1088–1114
- ANDERSON, J. (2009). Globalisation and Income Distribution. A Specific Factors Continuum Approach. *NBER Working Paper Series* 14643. Disponível em <<http://www.nber.org/papers/w14643>>
- ARBACHE, J. (2002). Comércio Internacional, Competitividade e Políticas Públicas no Brasil. *Texto para Discussão nº 903*, IPEA – Instituto de Pesquisa Económica Aplicada.
- ATKINSON, T. (2002). Income Inequality in OECD Countries. *Globalization, Inequality and Well-Being*, CESifo Conference, Munich.
- AZEVEDO, R. *et al.* (2012). A Globalização e a desigualdade na repartição do rendimento: Low Income Countries. *Seminário da Licenciatura em Economia 2011/12*, ISEG, Lisboa.
- BARRO, R. (2000). Inequality and Growth in a Panel of Countries. *Journal of Economic Growth*, 5, 5-32.
- BARRO, R. (1991), Economic Growth in a Cross Section of Countries. *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 106, nº2, pp. 407-443
- BHAGWATI, J. & Srinivasan, T. N. (2003). *Trade and Poverty in the Poor Countries*. Disponível em <http://www.econ.yale.edu/~srinivas/trade_poverty.pdf>
- BUDRÍA, S. (2010). The Socioeconomic Determinants of Economic Inequality. Evidence from Portugal. *Revista Internacional de Sociología* 68, nº 1, Janeiro-Abril, 81-124.
- CHANG, J.Y. & RAM, R. (2000), Level of Development, Rate of Economic Growth and Income Inequality. *Economic Development and Cultural Change*, vol. 48; nº4, pp. 321- 338
- DAVID, M. I. (2011). Globalization and Income Inequality in Brazil. *Aarhus School of Business*, Aarhus university.
- DIMELIS, S. & LIVADA, A. (1999), Inequality and Business Cycles in the U.S. and European Union Countries. *International Advances in Economic Research*, vol. 5, nº2, pp. 321-338
- DREHER, A. (2006). Does Globalisation Affect Growth? Empirical Evidence from a new Index. *Applied Economics* 38, 10: 1091-1110.
- EDWARDS, S. (1997) *Econometrics of Income Distribution: Towards More Comprehensive Specification of Institutional Correlates*. *Comparative Economic Studies*, vol. XXXXI; nº1, pp. 43-74
- EUROPEAN UNION, External action service – Treaties Office Database.

- FAUSTINO, H. C. & Vali, C. (2011). The Effects of Globalisations on OECD Income Inequality: A static and dynamic analysis. *WP 12/2011/DE*.
- FEENSTRA, R. & Hanson, G. (1997). Foreign Direct Investment and relative wages: Evidence from Mexico Maquiladoras. *Journal of International Economics* 42, 371-393.
- FERREIRAM, F.H.G. (1999), *Economic Transition and the Distribution of Income and Wealth – the Economics of Transition*; vol.7, nº2, pp. 377-410
- FIREBAUGH, G. & BECK, F., (1994). Does economic growth benefit the masses? Growth, dependence, and welfare in the Third World. *American Sociological Review* 59, 5, 631-653.
- GARRET, G. & Brune, N. (2004). The Globalization Rorschach Test: International Economic Integration, Inequality and the Role of the Government. *Annual Review of Political Science* 8: 399-423.
- GIDDENS, A. (1991). *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. Unesp, São Paulo.
- GUSTAFSSON, B. & JOHANSSON, M. (1997), In Search for a Smoking Gun: What Makes Income Inequality Vary Over Time in Different Countries? *LIS Working Paper*, nº172.
- HESHMATI, A. (2003). The Relationship between Income Inequality and Globalization. *The United Nations University, UNU/WIDER*. Disponível em <<http://www.wider.unu.edu/>>
- HOFFMAN, R. (2000). Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. *Instituto de Economia da Unicamp*, 81-107.
- INE (2002). Sobre a Pobreza, as Desigualdades e a Privação Material em Portugal. *INE - Instituto Nacional de Estatística*, Portugal.
- KAASA, A. (2005). Factors of Income Inequality and Their Influence Mechanisms: a theoretical overview. *Tartu University Press* 458.
- KUZNETS, S. (1955). Economic growth and income inequality. *The American Economic Review* 45, 1, 1-28.
- MCMILLAN, M. & Rodrik, D. (2011). Globalization, structural change and productivity growth. *NBER Working Paper No. 17143*, National Bureau of Economic Research.
- MUNDELL, R. (1957). International Trade and factor Mobility. *The American Economic Review* 47, 3, 321-335.
- OECD (2012). Economic Policy Reforms 2012. Growing for Growth. *OECD Publishing*. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1787/growth-2012-en>>
- OECD (2011). Growing Income Inequality in OECD Countries: What Drives it and How Can Policy Tackle it? *OECD Forum on Tackling Inequality*, Paris.

- OECD (2008). Growing Unequal?: Income Distribution and poverty in OECD Countries. *OECD Multilingual Summaries*.
- O' ROURKE, K. (2011). Globalization and Inequality: historical trends. *NBER Working Papers* 8339, National Bureau of Economic Research.
- RAM, R. (1997), *Level of Economic Development and Income Inequality: Evidence from the Postwar Developed World*; Southern Economic Journal, vol.62, nº2, pp. 576-583
- RODRIGUES, C. F. (2012). Desigualdade Económica em Portugal. Principais Resultados. *Fundação Francisco Manuel dos Santos & ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão*.
- RODRIK, D. (1997). Trade, Social Insurance, and the Limits to Globalisation. *NBER Working Paper Series* 5905, National Bureau of Economic Research. Disponível em <<http://www.nber.org/papers/w5905.pdf>>
- SOARES, S. (2006). Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2011 e 2004. *Texto para discussão nº 1166*, IPEA – Instituto de Pesquisa Económica Aplicada.
- STIGLITZ, J. *Globalização, a Grande Desilusão*. Ed. Terramar, 2004.
- TEORELL, J., Samanni, M., Holmberg, S. & Rothstein, B. (2012) The Quality of Government Basic Dataset made from The QoG Standard Dataset version 6Apr11. *University of Gothenburg*, The Quality of Government Institute, <<http://www.qog.pol.gu.se>>
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL - *Corruption Perceptions Index*.
- UNIDO: <<http://institute.unido.org/>>
- WDI, *World Development Indicators*, The World Bank.